



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024

PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

DECRETO Nº 017/2024.

PRORROGA OS VENCIMENTOS DA PARCELA ÚNICA COM DESCONTO E DA 1ª PARCELA DA OPÇÃO PAGAMENTO PARCELADO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE GURINHÉM, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o que dispõe a Lei Complementar Nº 002/2022 – Código Tributário Municipal e demais legislações vigentes.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados os vencimentos da parcela única com desconto do exercício de 2024 previstos, respectivamente, no art. 1º, I do Decreto nº 013/2024, **para o dia 30 de dezembro de 2024.**

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gurinhém, 29 de novembro de 2024.

TARCISIO SAULO DE
PAIVA:20297890468
68

Assinado de forma digital
por TARCISIO SAULO DE
PAIVA:20297890468
Dados: 2024.11.29
09:40:24 -03'00'

TARCISIO SAULO DE PAIVA

PREFEITO DE GURINHÉM

LEI Nº 629/2024, de 29 de novembro de 2024.

Dispõe sobre a regulamentação do serviço "FAMÍLIA ACOLHEDORA" que visa o acolhimento provisório de crianças e adolescentes em situação de risco social e dá outras providências.

FAÇO SABER que Câmara Municipal de Gurinhém, Estado da Paraíba, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Esta Lei regulamenta o serviço de acolhimento familiar de crianças e adolescentes, denominado "Serviço Família Acolhedora" cuja finalidade é ofertar acolhimento a crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva, determinada judicialmente em função de abandono ou cujas famílias e responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Art. 2º. O Serviço fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e tem por objetivos:

I – Garantir às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II – Oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III – Contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024

PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

Art. 3º. São parceiros no Serviço:

I – o Ministério Público Estadual;

II – Conselho Tutelar;

III – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – Secretaria Municipal de Saúde;

V – Secretaria Municipal de Educação;

VI – Secretaria Municipal de Cultura e Esporte;

Art. 4º. A criança ou adolescente cadastrado no Serviço receberá:

I – Com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, através das políticas públicas existentes;

II – Acompanhamento do serviço de Proteção Especial;

III – Estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

IV – Permanência com seus irmãos na mesma Família Acolhedora.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 5º. A colocação da criança ou adolescente no Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora” trata-se de medida protetiva provisória e excepcional, por determinação da autoridade judiciária competente, através da guia de acolhimento, conforme preconiza o Art. 101, § 1º e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 6º. Fica instituída a Bolsa Auxílio para o acolhimento de Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social, residentes e domiciliados neste Município, inseridas no Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que integra o Sistema Único de Assistência Social – SUAS deste Município, com recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 1º. A Bolsa Auxílio é o valor repassado para cumprimento do plano para atender às necessidades da criança ou adolescente, devendo ser pago por cada criança ou adolescente sob guarda da família, cujo valor será destinado a partir do primeiro dia que assume a responsabilidade de guarda de criança ou adolescente inserida no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

§ 2º. Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora, receberá Bolsa Auxílio proporcional aos dias de acolhimento, não sendo este inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal.

§ 3º. A Bolsa Auxílio destina-se ao suprimento da alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e outras necessidades básicas da criança ou adolescente inserido no Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, respeitando-se o direito à convivência familiar e comunitária.

§ 4º. O valor da Bolsa Auxílio será de um salário mínimo nacional, mensal, por criança ou adolescente acolhido, podendo chegar ao teto de 03 (três) salários mínimos, independente da condição financeira da família, devido a partir da expedição de Guia Termo de Acolhimento ou decisão Judicial.

§ 5º. No caso da mesma família acolher grupo de irmãos, o valor do subsídio mensal será proporcional ao número de crianças e adolescentes até o teto de 3 (três) vezes o valor mensal estabelecido.

§ 6º. Quando a criança e/ou adolescente necessitar de cuidados especiais, receberá um acréscimo correspondente a 1/3 (um terço) do valor do salário mínimo, consideradas as seguintes situações:

I – usuários de substâncias psicoativas;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024
PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

II – portadoras do vírus HIV;
III – diagnosticadas com neoplasia (Câncer);
IV – com deficiência, que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;
V – excepcionalmente, a critério da equipe interdisciplinar do Serviço, portadores de doenças degenerativas e psiquiátricas.

Parágrafo Único: As situações elencadas no Art. 6º, § 6º. - I, II, III, IV e V, serão comprovadas através de atestado expedido por médico especialista e avaliação da equipe técnica do serviço de acolhimento familiar.

Art. 7.º As crianças ou adolescentes acolhidos que recebam Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou qualquer outro Benefício Previdenciário, terão o valor do referido benefício depositado em conta judicial, e será utilizado e administrado pela família acolhedora, visando dar atendimento as necessidades do acolhido, exceto nos casos em que houver determinação judicial diversa.

Parágrafo único: No caso da criança ou adolescente acolhido ser beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou outro Benefício Previdenciário o valor da Bolsa Auxílio será de 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado no Art. 6.º, § 4.º.

Art. 8º. A Família Acolhedora terá direito, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, a desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao do acolhimento, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: A Bolsa auxílio será repassada através de transferência Bancária diretamente ao membro designado no termo de guarda.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 9º. A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa “Família Acolhedora” será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os documentos seguintes:

I – Preenchimento de Formulário de Inscrição;

II – Apresentação de documentos, relacionados no Art. 11.

III – Comprovação de compatibilidade para assumir a responsabilidade de “Família Acolhedora”.

Parágrafo único: O processo de inscrição e seleção ocorrerá em 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias de acordo com a necessidade do Serviço.

Seção I

Do Preenchimento do Formulário de Inscrição

Art. 10. O preenchimento do Formulário de Inscrição deverá ser pessoalmente na sede do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora na Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou de forma eletrônico.

Seção II

Da Apresentação da Documentação

Art. 11. É obrigatória a entrega dos documentos abaixo relacionados, sob protocolo, na sede do Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, na Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – Documento de Identificação com foto, de todos os membros da família;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024

PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

II – Certidão de Nascimento ou Casamento, de todos os membros da família;

III – Título de Eleitor do domicílio eleitoral neste município;

IV – Comprovante de Residência;

V – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais de todos os membros da Família, que sejam maiores de idade, emitidas pela justiça estadual e federal;

VI – Comprovante de atividade remunerada, de pelo menos um membro da família, ou avaliação da equipe técnica da situação socioeconômica familiar;

VII – Cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VIII – Atestado médico comprovando saúde física e mental dos responsáveis.

IX - Número da conta bancária em nome do responsável para depósito da Bolsa Auxílio junto ao Banco.

Seção III

Da Comprovação de Compatibilidade – Família Acolhedora

Art. 12. A comprovação de compatibilidade da Família, para assumir a responsabilidade de “Família Acolhedora”, será realizada através dos seguintes requisitos:

I – Os responsáveis devem ser maiores de 21 (vinte e um) anos, sem restrição quanto ao gênero e estado civil;

II – Obter a concordância de todos os membros da família;

III – Residir no mínimo há 2 (dois) anos neste município;

IV – Ter disponibilidade de tempo e demonstrar interesse em oferecer proteção e afeto às crianças e adolescentes;

V – Avaliação Psicossocial de todos os membros da família;

VI - Ter o parecer Psicossocial favorável expedido pela equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, que será elaborado a partir de

instrumental técnico operativo, conforme disposto em protocolo próprio aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

VII – ser brasileiro nato ou naturalizado;

VIII – não possuir antecedentes criminais e não responder processo por violência doméstica e/ou violência contra crianças e adolescentes;

Art. 13. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família assinará um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, juntamente com a Equipe do Serviço e o Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A condição de família acolhedora é de caráter voluntário e sem vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Gurinhém-PB.

Art.14. As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os aspectos legais referentes à medida de proteção de acolhimento em “Família Acolhedora”.

Parágrafo único. A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I - Orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II – Capacitações, Cursos, encontros e outros.

Art. 15. Os profissionais do Programa Família Acolhedora efetuarão contato com as Famílias Acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente.

Art. 16. O desligamento da Família Acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024

PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

§ 1º. Solicitação por escrito, indicando os motivos e estabelecendo em conjunto com a equipe interdisciplinar do Serviço, um prazo para efetivação do desligamento;

§ 2º. Descumprimento dos requisitos, estabelecidos no art. 12 desta Lei, comprovado por meio de Parecer Técnico expedido pela equipe interdisciplinar do Serviço.

Art. 17. A família acolhedora poderá acolher apenas uma criança ou um adolescente de cada vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, podendo ser até três por família.

§ 1º. Somente quando a criança ou adolescente for desacolhido, a família acolhedora poderá novamente acolher outra criança ou adolescente.

§ 2º. As famílias acolhedoras já incluídas no Serviço poderão continuar acolhendo as crianças e adolescentes que estão sob sua guarda, sendo que no caso de transferências ou novos acolhimentos será observado o *caput* deste artigo.

§ 3º. Nos casos de acolhimento de grupo de irmãos, e outros acolhidos na mesma família acolhedora já existentes, será priorizada a avaliação psicossocial visando a possível transferência para outra família no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 4º. As famílias inscritas no programa “Família Acolhedora” ficarão em uma lista de cadastro reserva, onde será equiparada ao perfil do acolhido, podendo haver alterações na listagem conforme especificidade e avaliação da equipe técnica.

Art. 18. A inserção em “Família acolhedora”, somente pode ser realizada com parecer prévio de indicação da equipe interdisciplinar ou por meio de decisão judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 1º. A autoridade judiciária competente deferirá o acolhimento provisório da criança e/ou adolescente para a “Família acolhedora”.

§ 2º. A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, podendo durar de horas a 18 meses,

podendo haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade e determinado judicialmente.

§ 3º. A revogação do acolhimento será deferida pela autoridade judiciária competente, a partir da indicação da equipe interdisciplinar do serviço.

Art. 19. No caso de encaminhamento das crianças ou adolescentes acolhidos para adoção é vedada a adoção deles pela família que os acolheu através do presente programa “Família Acolhedora”, enquanto permanecer no Programa, salvo decisão judicial.

Art. 20. Caso a “Família Acolhedora” se recuse a receber o acolhido, sem justificativa plausível, tal conduta acarretará no seu desligamento imediato do programa “Família Acolhedora”.

Art. 21. No caso da família acolhedora expor o acolhido a qualquer situação de violência, perigo ou risco, será responsabilizada na forma da lei e excluída no programa Família Acolhedora.

CAPÍTULO III

Das competências e obrigações da Família Acolhedora

Art. 22. Compete à família acolhedora:

I - Prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente, conferindo ao detentor da guarda, o direito de opor-se a terceiros,

inclusive aos pais nos termos do art. 33, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024

PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

II - Participar do processo de acompanhamento e capacitação continuados;

III – Prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido à equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – Contribuir na preparação da criança ou adolescente para retorno à família de origem, ou extensa, e na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da equipe interdisciplinar.

Parágrafo único. A obrigação de assistência material pela família acolhedora se dará com base na Bolsa Auxílio oferecida pelo Programa.

Art. 23. Nos casos de inadaptação, a “Família Acolhedora” procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, que será determinado pela autoridade judiciária.

Art. 24. A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

CAPÍTULO IV

Da Gestão do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Art. 25. A Gestão do Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora” será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 26. A Equipe do Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora” será composta por Coordenador, Equipe técnica de nível Superior interdisciplinar (Priorizando Psicólogo e Assistente Social) e Equipe Técnica de nível médio, (Priorizando Educador Social) os quais deverão compor os quadros da Administração Pública Municipal, conforme preconiza a Norma Operacional Básica de

Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS).

Art. 27. São obrigações da Equipe do Serviço de Acolhimento:

I – Encaminhar o Termo de Adesão da “Família Acolhedora” para assinatura do Gestor Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

II – Encaminhar o Termo de Desligamento da “Família Acolhedora” para ciência e controle da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

III – Encaminhar relatório mensal à Secretaria Municipal de Assistência Social, constando: data da inserção da família acolhedora; nome do responsável; RG do responsável; CPF do responsável; endereço da família acolhedora; nome da criança(s)/adolescente(s) acolhido(s); data de nascimento; número da medida de

proteção; período de acolhimento; valor a ser pago; nome do Banco e número da agência e conta bancária onde será efetuado o depósito da Bolsa Auxílio.

Art. 28. São obrigações da Equipe Interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, aquelas previstas nesta lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e nas orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e Normativas do SUAS.

Art. 29. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, será realizado pela equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo Único. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Conselho Tutelar, acompanhar e fiscalizar a regularidade do



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLIV – 2024
PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva

Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

Serviço de Acolhimento em “Família Acolhedora”, encaminhando ao Poder Judiciário, relatório circunstanciado, sempre que houver irregularidades.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Gurinhém-PB, em 29 de novembro de 2024.

TARCÍSIO SAULO DE
PAIVA:20297890
468

Assinado de forma digital por TARCÍSIO SAULO DE PAIVA:20297890468
Dados: 2024.11.29 09:41:46 -03'00'

TARCÍSIO SAULO DE PAIVA

Prefeito Constitucional

LEI Nº 630/2024.
novembro de 2024

Gurinhém/PB, em 29 de

Autoriza ao Chefe do Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 6.805,77 (Oito Mil, Oitocentos e Cinco Reais, Setenta e Sete Centavos) para o fim que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE GURINHÉM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 6.805,77 (seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), destinados aos gastos com aplicação e execução das despesas com saldos remanescentes dos recursos não utilizados com a Manutenção da Lei Paulo Gustavo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

02.100	SEC.DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
13	CULTURA	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	
13.392.0008	PROM.DO ESPORTE, CULTURA E LAZER	
13.392.0008.2072	Incentivo e promoção de eventos, atividades artísticas e culturais	
1.715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	
3.0.00.00.0000	DESPESAS CORRENTE	
3.3.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	
3.3.90.00.0000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.48.0000	Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	4.928,67
1.716	Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº	



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GURINHÉM – PB
EDIÇÃO Nº 070 – ANO XLVIV – 2024
PODER EXECUTIVO

Prefeito Tarcísio Saulo de Paiva
Criado através da Lei nº 12, de 19 de maio de 1975.



Gurinhém-PB, sexta-feira, 29 de novembro de 2024

	195/2022 – Art. 8º - Demais Setores Culturais	
3.3.90.48.000 0	Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	1.877,10
	TOTAL	6.805,77

Art. 3º - Os recursos necessários à cobertura do Crédito Especial de que trata a presente lei, correrão por conta das fontes de recursos definidos nos itens I, II e III § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, anulação parcial ou total

das dotações orçamentárias do Orçamento em execução e/ou, o excesso de arrecadação da própria fonte apurada no exercício.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as modificações oriundas do referido crédito especial na LDO e no PPA vigentes, promovendo compatibilização da ação proposta na presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir desta data.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de novembro de 2024.

TARCISIO
SAULO DE
PAIVA:2029789
0468

Assinado de forma
digital por TARCISIO
SAULO DE
PAIVA:20297890468
Dados: 2024.11.29
09:41:03 -03'00'

TARCÍSIO SAULO DE PAIVA

Prefeito Constitucional